

**INTERVENÇÃO NA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-
MEDITERRÂNICA**

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

18 DE JULHO DE 2008

Exmos. Senhores membros da Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e da Cultura da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica;

Quero começar por agradecer o honroso convite que me foi dirigido pelo Senhor Presidente da Delegação para estar presente nesta Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e felicitar esta Assembleia pela escolha dos temas que hoje aqui são tratados.

O tema que me foi proposto – *Os Fluxos Migratórios como Veículo de Desenvolvimento Regional, vistos na base da experiência portuguesa* – remete-nos para uma matéria que, não sendo nova, assume hoje no mundo uma dimensão e uma importância incontestavelmente crescentes.

Com efeito, o fenómeno das migrações humanas constitui um facto histórico que tem acompanhado a própria evolução da humanidade, verificando-se em momentos e circunstâncias tão variadas como o estabelecimento das colónias gregas e das conquistas romanas, passando pelos impérios bizantino, árabe e otomano e pelos diversos impérios asiáticos, até às colonizações europeias e às migrações em grande escala do século XIX.

O fenómeno mantém-se nos nossos dias, com novos contornos e novos impulsos gerados pela globalização.

De há trinta anos para cá, o capital e os mercados de bens, serviços e diferentes tipos de trabalho têm vindo a tecer uma cada vez mais intrincada rede global de interdependências económicas e, também de forma crescente, sociais.

As migrações constituem parte integrante destas interdependências.

Actualmente – e segundo dados da ONU - estima-se em cerca de 200 milhões o número de imigrantes à escala global, poucos sendo os países que, entre países de origem, de trânsito ou de destino, não são afectados por esta realidade.

Em Portugal, o número de imigrantes regulares ultrapassa hoje os 430 000, de 150 nacionalidades. Estes números retratam 5% da população total e já cerca de 10% da população activa em Portugal.

Trata-se, no entanto, de uma realidade relativamente recente no nosso país.

De um país historicamente originador de fluxos migratórios, Portugal é hoje, simultaneamente, um país de origem e um país de destino, ou seja, um país de onde continuam a sair nacionais para residirem e trabalharem no estrangeiro e, ao mesmo tempo, para onde afluem pessoas oriundas de outros países com o objectivo de cá residir e trabalhar.

Sendo uma realidade recente ela é, ao mesmo tempo, uma realidade que não transparece com grande clareza na percepção da opinião pública portuguesa, que tende a privilegiar o impacto da imigração e a subavaliar a dimensão continuada dos emigrantes portugueses no estrangeiro.

Facto que é, aliás, comum às opiniões públicas europeias.

A ideia que as sociedades de acolhimento constroem acerca da imigração, ao nível do seu impacto e dos seus efeitos, constitui um elemento determinante para o saldo do fenómeno migratório.

Este é precisamente o primeiro aspecto a que gostaria de dar um especial relevo nesta minha intervenção.

Juízos errados e toda a sorte de representações negativas que, com facilidade, podem ser – e muitas vezes são efectivamente – assumidos pelas opiniões públicas nacionais relativamente aos imigrantes, constituem um ponto essencial a ter em conta no que concerne às políticas de acolhimento e integração.

Refiro-me, para dar alguns exemplos, à ideia de que imigração é um fenómeno susceptível de constituir ameaça à saúde pública, de que é um factor associado ao aumento da criminalidade ou que representa uma ameaça para os cidadãos dos países de destino que com os imigrantes disputam lugares de emprego.

Estas são - entre outras - ideias que apesar de erradas e facilmente contrariáveis, podem ser recorrentes.

Com efeito, os imigrantes representam um contributo positivo para a economia portuguesa, para a resolução do problema demográfico, para o reequilíbrio da segurança social, auxiliam as famílias de origem através das remessas para os países de origem, contribuem para o enriquecimento da diversidade cultural do país de destino e, finalmente, são mulheres e homens que procuram uma vida melhor como milhares de portugueses o fizeram e fazem ao longo da nossa história.

Num tempo em que o ambiente económico mundial sofre as debilidades que são conhecidas, facilmente corremos o risco de encontrar nos imigrantes as suas primeiras vítimas, quer no plano laboral, quer no plano social, mercê também da difusão de preconceitos como os referidos.

O combate à disseminação destas ideias deve ser assumido e necessariamente travado pelos diferentes actores com relevância neste âmbito.

Neste particular, assumem uma importância determinante os discursos oficiais dos Estados, a intervenção das instituições nacionais, das Associações e Organizações não-Governamentais e mesmo dos Media.

Em Portugal, o discurso oficial assumido pelo Governo Português, caracteriza a imigração como um elemento positivo, reconhecendo-a como factor de desenvolvimento e como contributo essencial a vários níveis.

Refiro, a título de exemplo, o que a este propósito é expressamente referido no *Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)*, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 63-A/2007, de 3 de Maio:

"O fenómeno migratório, assumindo novos contornos para a sociedade portuguesa, consubstancia um importante contributo face à debilidade interna da situação demográfica, constituindo também um factor positivo para o crescimento económico, para a sustentabilidade da segurança social e para o enriquecimento cultural do país."

Significa isto que a imigração em Portugal não é, do ponto de vista do Governo Português, uma realidade meramente aceite ou tolerada, mas antes um factor de desenvolvimento reconhecido e desejado no quadro da legalidade.

No âmbito do papel dos Media, a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), órgão independente, especializado na luta contra a discriminação racial e que funciona junto do ACIDI, subscreveu um documento em 2006 - dirigido aos

media e às forças de segurança – com recomendações no tocante à divulgação da nacionalidade, etnia, religião ou situação documental dos suspeitos da prática de ilícitos, com vista a evitar a criação de estereótipos pelos media junto da opinião pública.

Assim, foi proposto às fontes de informação que evitem revelar nas suas comunicações oficiais ou oficiosas de operações realizadas, a nacionalidade, a etnia, a religião ou a situação documental de qualquer alvo de acção policial ou inspectiva ou de presumíveis autores de ilícitos criminais ou administrativos.

Por sua vez, foi proposto aos media que evitem na construção das notícias a referência a nacionalidade, etnia, religião ou situação documental - num quadro de respeito pelo sua independência editorial - sempre que esta não seja um eixo explicativo do essencial da notícia.

A assunção desta postura assume uma importância decisiva sendo uma verdadeira condição para o cabal cumprimento de qualquer plano de integração dos imigrantes como fruto da cooperação de todos os agentes da sociedade portuguesa.

Em suma, não é possível abordar o Desenvolvimento, na sua relação com o fenómeno migratório, sem que se verifique e possibilite, como condição prévia, a integração efectiva dos imigrantes nos respectivos países de destino.

A abordagem dos fluxos migratórios como factor de desenvolvimento não se esgota, no entanto, na observação das suas condições e dos seus efeitos no país de destino.

A política de imigração nacional tem presente a ruptura com a ideia tradicional que tendia a olhar os imigrantes como seres que deixam uma vida “para trás” com o intuito de iniciar uma outra nas sociedades receptoras.

A lógica da política portuguesa rompe claramente com esta visão binária, que se centrava no “país emissor” versus “país receptor”, na emigração e imigração, apoiando a sua acção no reconhecimento da existência de espaços sociais e comunidades marcadamente transnacionais.

O conceito de integração dos imigrantes, que claramente rejeita os modelos de exclusão e de assimilação, rejeita também a noção de imigrantes tida como caracterizadora de grupos sedentários que desenvolvem relações estáticas, exclusivamente no lugar onde se encontram.

Pelo contrário, os cidadãos imigrantes são vistos como parte de dois ou mesmo mais mundos, dinamicamente interligados, e a própria migração transnacional, como processos que os imigrantes desenvolvem e mantêm, conectando os seus lugares de origem e destino.

Deste modo, as sociedades envolvidas são consideradas também como um campo contínuo e único de análise, caracterizado pela ligação perante as práticas que configuram o viver transnacional dos imigrantes.

O Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), *prevê* o incentivo ao desenvolvimento de sistemas de transferências de remessas, através de instituições financeiras – bancárias ou não – públicas ou privadas, e a promoção da concorrência no mercado, por forma a gerar redução de preços e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Deste modo, o ACIDI, tem actualmente disponível no seu *site* um campo onde permite aceder aos produtos bancários dos bancos que detém produtos específicos para os imigrantes e as condições e custos inerentes ao envio de remessas, encontrando-se na área das Perguntas Frequentes sob o título Remessas.

Por outro lado, o PII prevê o estabelecimento de parcerias com os Governos dos países de origem, em articulação com as Embaixadas de Portugal, no sentido de assegurar a prestação de informações aos cidadãos que pretendam emigrar para Portugal.

A título de exemplo, cito a experiência do CAMPO, na Cidade da Praia, em Cabo-Verde, que é um espaço informativo que visa o acolhimento, aconselhamento e disponibilização de informação relevante a cidadãos imigrantes que pretendam emigrar para

Portugal, fruto de parceria entre o ACIDI, o IPAD e a Associação de Imigrantes Açorianos.

Acreditamos que, através destes mecanismos, é facilitada aos imigrantes não só a consciente formação da sua vontade inicial como a sua posterior integração no nosso país.

A criação de condições que permitam a “migração circular”, com o retorno permanente ou temporário dos imigrantes aos seus respectivos países de origem sem perda de direitos adquiridos, é outra das acções previstas no *Plano de Integração*, a realizar através de acordos bilaterais.

O empreendedorismo oriundo da comunidade imigrante é outro dos aspectos que são apoiados e encorajados em Portugal.

Também o envolvimento das ONG's, empresas e instituições dos países de acolhimento e de origem são consideradas, neste contexto, como condições fundamentais no sentido da maximização do aproveitamento destes investimentos e do capital (físico e humano) envolvido, como é o caso, a título de exemplo, da presença, nas empresas portuguesas, de trabalhadores imigrantes de nacionalidades com as quais estas têm relações comerciais privilegiadas.

A ligação dos estudantes estrangeiros ao seu país de origem é outro dos eixos essenciais da política da imigração em Portugal e que o *PII* prevê que seja desenvolvido, nomeadamente através:

- da organização de viagens regulares aos seus países de origem
- da elaboração de pesquisas e trabalhos sobre estes países durante o período de estudo
- da promoção de estágios profissionais integrados nos estudos ou funcionando como um complemento
- do apoio na integração no mercado de trabalho do país de origem.

A definição de objectivos de atribuição de bolsas de estudo diferenciados por país, em função das respectivas necessidades estratégicas, é outra das medidas que temos presente, bem como a integração de estágios em projectos concretos de desenvolvimento apoiados pelo IPAD.

Num outro âmbito, o incentivo à criação e ao apoio de Associações de Imigrantes tem constituído outras das grandes prioridades, tendo o apoio financeiro às suas actividades do Alto-Comissariado para a Imigração, aumentado, em 2008, em cerca de 30% face a 2007.

Perante a actual globalização e o aumento do fenómeno migratório, sobretudo, de Sul para Norte, também se verifica um aproximar cada vez maior de civilizações e foi neste contexto que a União Europeia decidiu celebrar neste ano de 2008, o Ano Europeu para o Diálogo Intercultural.

Concluo por referir a necessidade de potenciar o diálogo de culturas e o despertar da consciência das sociedades dos países de acolhimento para a importância do diálogo intercultural como factor de desenvolvimento dos países de acolhimento.

Neste contexto, Fernando Pessoa, escreveu um verso que foi adoptado, em Portugal, como lema do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural, com o qual gostaria de terminar:

Sê plural como o Universo